

A sociologia educacional católica no sul do Brasil (1940-1970): um estudo a partir do corpo docente

Marcelo Cigales^{1*} e Eduardo Arriada²

¹Departamento de Metodologia de Ensino, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n., 88040-900, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ²Departamento de Fundamentos da Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Autor para Correspondência. E-mail: marcelo.cigales@gmail.com

RESUMO. Este estudo tem por objetivo analisar o corpo docente responsável por ministrar a disciplina de sociologia educacional e geral no curso normal de um colégio católico no sul do Brasil, entre os anos de 1940 e 1970. Baseado teoricamente em autores da História das Disciplinas Escolares, as fontes remetem ao arquivo escolar da instituição pesquisada. Os resultados apontam a vinculação do corpo docente com as premissas da Igreja e, conseqüentemente, de uma sociologia católica.

Palavras-chave: campo educacional brasileiro; ensino de sociologia; história da sociologia.

Catholic education sociology in southern Brazil (1940-1970): a study from the teaching staff

ABSTRACT. This study aims to analyze the teaching staff responsible for teaching the discipline of educational and general sociology in the regular course of a catholic college in southern Brazil between the years 1940 and 1970. The theoretical framework is based on authors of the History of School Disciplines and the sources refer to the school archives of the aforementioned institution. The results suggest a linkage between the teaching staff, the premises of the Church and, hence, a catholic sociology.

Keywords: brazilian educational field; teaching of sociology; history of sociology.

La sociología educacional católica en el sur de Brasil (1940-1970): un estudio a partir del cuerpo docente

RESUMEN. Este trabajo tiene por objetivo analizar los maestros y las maestras responsables por ministrar la disciplina de sociología educacional y general en el curso normal de un colegio católico en el sur de Brasil, entre los años de 1940 y 1970. La base teórica se compone de autores de la Historia de las Disciplinas Escolares, y las fuentes remiten al archivo escolar de la institución investigada. Los resultados sugieren una vinculación entre los maestros, las premisas de la Iglesia y, por consiguiente, una sociología católica.

Palabras-clave: campo educativo brasileño; enseñanza de sociología; historia de la sociología.

Received on June 2, 2017.
Accepted on October 3, 2017.

Introdução

Este artigo analisa a história da disciplina de sociologia educacional no curso normal do Colégio São José, localizado na cidade de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul (RS). Fruto de uma pesquisa mais ampla, que buscou conhecer a trajetória da sociologia educacional no Brasil¹, este estudo se concentra na análise do corpo docente, responsável por ministrar a disciplina nessa instituição de ensino, entre os anos de 1940 e 1970². Através desse aspecto, pretendemos desvelar algumas relações de poder que perpassam a história da educação brasileira e, conseqüentemente, estiveram presentes na concepção de uma sociologia escolar

¹ A dissertação *A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica* foi defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas em 2014.

² As disciplinas de sociologia geral e sociologia educacional entraram para o currículo da escola normal a partir da reforma educacional de Gustavo Capanema em 1946. Enquanto a disciplina de sociologia geral era opcional, a sociologia educacional foi obrigatória nessa modalidade de ensino. No Colégio São José as duas disciplinas fizeram parte do currículo normal até a década de 1970. Cabe lembrar que apesar do fim do Estado Novo em 1945, as Leis Orgânicas só foram revogadas em 1961 pela Lei 4.024 (1961).

ligada à Igreja Católica e de seus interesses na constituição do campo educacional brasileiro (Daros & Pereira, 2015; Cigales, 2014b, 2015).

Teoricamente, a pesquisa dialoga com autores(as) da História das Disciplinas Escolares – HDE. Para Souza Junior e Galvão (2005, p. 393), a partir dessa perspectiva é possível captar elementos que “[...] em um conflituoso percurso de conquista de legitimidade de uma ou outra disciplina curricular, mostrem a conquista de um estatuto, a briga por recursos, as delimitações territoriais no interior do currículo escolar, os espaços nos horários, etc”. Bittencourt (2003), também é enfática ao analisar que uma disciplina escolar está intrinsecamente ligada à estratégia de grupos, partidos e associações que, por intermédio de lutas e esforços, fazem com que uma disciplina consiga ascender e permanecer no currículo escolar. Assim, “[...] seu reconhecimento legitimado por intermédio da escola, não se restringe a problemas epistemológicos ou didáticos, mas articula-se ao papel político que cada um desses saberes desempenha” (Bittencourt, 2003, p. 10).

O conceito de campo de Bourdieu (1996, 2004, 2011) também é utilizado nesse estudo, no sentido de compreender as relações de poder que estão presentes na luta pelo domínio do discurso legítimo sobre o mundo social. Ao pensar que o campo educacional, assim como os demais campos, possui suas próprias leis, normas, sanções e premiações, que são impostas por agentes que buscam legitimar ou transformar o status quo. Então é possível afirmar que na constituição do campo educacional brasileiro ocorreram disputas entre determinados agentes que vislumbravam diferentes projetos educacionais para o Brasil. Esse cenário de embates no campo educacional ficou mais perceptível logo após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no governo do presidente Getúlio Vargas, em 1930. E seu epicentro ocorre a partir da divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, e consequentemente, da divisão entre católicos e liberais no interior da principal entidade que reunia os intelectuais responsáveis por pensar as questões educacionais no Brasil naquele momento, a Associação Brasileira de Educação – ABE³ (Xavier, 1999; Daros & Pereira, 2015; Cigales, 2014a, 2015).

É importante destacar, que nos últimos anos, uma série de trabalhos no âmbito da Pós-graduação foram desenvolvidos sobre o ensino de sociologia no Brasil (Handfas, Maçaira, & Fraga, 2015; Bodart & Cigales, 2017). No entanto, são quase inexistentes estudos que tenham como objetivo pensar a trajetória histórica de grupos escolares, tais como dos profissionais docentes. Isso, possivelmente ocorra, dado que as instituições educacionais públicas não possuem, em muitos casos, as condições objetivas de resguardar seus acervos documentais, assim como pelo pouco conhecimento da relevância histórica dessas fontes.

Se por um lado, o fator de cuidado e preservação da documentação escolar não é prática recorrente nas instituições públicas de ensino, por outro, as instituições privadas tendem a melhor preservar essa memória, seja pelas condições objetivas de espaço e melhor infraestrutura, assim como pela prestação de contas à fiscalização exercida pelo poder público. Porém, o acesso a essa documentação é de maior dificuldade, visto que os pesquisadores são recebidos, muitas vezes, como *outsideres*, nos termos de Elias e Scotson (2000) por essas instituições. É dizer, se o/a pesquisador/a não faz parte da comunidade escolar, pode ocorrer uma configuração social que desfavoreça o acesso às fontes seja pela desconfiança ou falta de conhecimento dos administradores sobre tais pesquisas.

A metodologia da pesquisa está embasada na análise documental. Sobre esse método Cellard (2012) apresenta algumas dimensões críticas que perpassam: o contexto de produção dos documentos; a autoria; a autenticidade e confiabilidade; a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto. Lüdke e André (1986, p. 38) ressaltam que “[...] embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos”. Este tipo de método é utilizado cada vez mais pelos historiadores que não possuem outra forma de buscar informações em um passado muito distante. As fontes utilizadas remetem aos arquivos do Colégio São José de Pelotas, ao arquivo e biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, e ao acervo de jornais locais da Biblioteca Pública Pelotense. A partir desses documentos e relatórios institucionais foi possível localizar dados relevantes para conhecer o quadro docente, responsável na época por lecionar a disciplina de sociologia educacional.

A seguir realizamos uma introdução histórica sobre a cidade de Pelotas, bem como do Colégio católico São José, para então apresentar os dados empíricos acerca dos/as professores/as responsáveis pelo ensino da

³ A Associação Brasileira de Educação foi criada em 16 de outubro de 1924 no Rio de Janeiro. Sua criação respondia a necessidade do debate sobre a educação sair da esfera burocrática do Estado para abarcar a sociedade civil.

disciplina entre os anos de 1940 e 1970, contrastando com o cenário mais amplo sobre as disputas simbólicas na constituição do campo educacional brasileiro.

O colégio São José de Pelotas

A cidade de Pelotas está localizada na região sul do estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente 250 km da capital Porto Alegre. Sua fundação data do século XVIII, quando as charqueadas tornaram-se a principal atividade econômica da região. Os primeiros sinais de urbanização ocorrem no início do século XIX. Conforme Arriada (1994, p. 87) em “[...] 7 de julho de 1812, era criada a freguesia de Pelotas, que inicialmente chamou-se São Francisco de Paula”. Com o passar dos anos a freguesia se transformou em vila e posteriormente surgiu a cidade, como retrata o autor.

Nos primeiros anos da década de trinta do século XIX, a Vila de São Francisco de Paula, contendo em seu território há muito tempo várias fábricas de charquear, criava condições para o desenvolvimento de zonas adjacentes, como a região do São Gonçalo, Costa, Dunas e Retiro, no Arroio Pelotas, impulsionando, desse modo uma posterior concentração na parte mais elevada da ondulação do São Gonçalo, onde se localizou o sítio urbano (Arriada, 1994, p. 117-118).

As primeiras escolas da cidade de Pelotas surgiram na passagem do século XIX para o XX quando o município vivia a expansão do capitalismo e concomitantemente com a emergência de uma elite advinda do charque. Essa riqueza oriunda das charqueadas propiciou a construção de vários prédios, como a “[...] Santa Casa de Misericórdia, Teatro Sete de Abril, Biblioteca Pública, Intendência Municipal, belos palacetes de charqueadores, e diversos prédios com finalidade educativa, caso do prédio do Ginásio Pelotense, do Ginásio Gonzaga, e do Colégio São José” (Arriada, 1994, p. 127). Essas instituições educacionais ofereciam o curso secundário e normal na época, e já se constituíram como objeto de estudos de alguns pesquisadores (Amaral, 1999, 2003; Arriada, 2008; Santos, 2012).

O Colégio São José foi criado em 1910⁴, quando um grupo de Irmãs da Ordem de São José de Chambéry se estabeleceu na cidade (Santos, 2012), com a ajuda do Intendente Municipal José Barbosa Gonçalves e do Bispo de Pelotas, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leon (Arriada, 2008).

De acordo com documentos do Bispado, da Intendência de Pelotas e do próprio Colégio, bem como de anúncios em periódicos locais, a fundação do São José veio preencher uma lacuna de instituições educativas neste município, tendo em vista a acentuada expansão do contingente populacional - e, consequentemente, de meninas a serem escolarizadas - em virtude da crescente urbanização de Pelotas (Santos, 2012, p. 98-99).

Como ressaltam Arriada (2008) e Santos (2012), com base no Relatório Municipal de 1911, Pelotas vivia no início do século XX um elevado crescimento econômico. Isso refletia na educação, visto que existiam no município em 1911, 43 escolas públicas estaduais, com 2.007 alunos; 10 escolas públicas municipais urbanas, com 294 alunos; 04 escolas públicas rurais, com 156 alunos; 45 escolas particulares urbanas e suburbanas, com 2.054 alunos; e, 41 escolas rurais particulares, com 1.102 alunos. No total existiam 143 escolas para 5.613 alunos.

Nos primeiros anos, o Colégio São José não dispunha de local próprio. Conforme analisa Arriada (2008, p. 109) “[...] não possuindo um prédio próprio para o funcionamento da instituição, o Intendente Municipal, José Barbosa Gonçalves cede provisoriamente uma propriedade sua, no intuito do funcionamento da escola [...]”. Assim, no início o colégio funcionou em um estabelecimento localizado na Rua 15 de Novembro, esquina Gomes Carneiro, local hoje considerado como centro da cidade.

Os estabelecimentos da instituição só foram construídos algum tempo depois em 1916 e se mantêm até os dias de hoje na Rua Félix da Cunha, nº 400. A construção do prédio respondia às demandas e exigências da época, como salientam Arriada e Santos (2010). Dessa forma, “[...] o novo prédio demarcava claramente uma ostentação de superioridade, perpetuando uma ‘aura’ de poder” (Arriada & Santos, 2010, p. 6, grifo dos autores).

Tendo um crescimento expressivo em relação ao número de matrículas, em 1927 o Colégio consegue a equiparação com as Escolas Complementares do Estado. Em 1936, “[...] devido a diversas demandas, o Colégio sofre uma ampliação, sendo construída toda uma nova ala na Rua Três de Maio, onde em 1937, passa a funcionar o Curso Ginásial” (Arriada, 2008, p. 113). Assim, em 1940 é construído um auditório e uma ampla capela.

⁴ Conforme Miceli (2009) neste mesmo ano no Rio Grande do Sul três novas Dioceses foram inauguradas nas cidades de Pelotas, Uruguaiana e Santa Maria. O que demonstra a preocupação da Igreja em aumentar seu domínio dado a desvantagem desta, desde a Proclamação da República que levou sua separação com o Estado.

O curso complementar começa suas atividades nos anos de 1930, quando a escola já ultrapassa 300 alunos matriculados. Em seguida é a vez do curso normal, que inicia suas atividades a partir de 1942, contando com 40 alunas matriculadas naquele ano. Após a construção do prédio em 1916, houve um gradativo aumento de alunos. Nesse mesmo ano o número de estudantes é de 183, demonstrando assim que também existia na época uma forte demanda pelas vagas da instituição escolar.

O curso normal no Colégio São José de Pelotas, quando criado em 1942, respondia ao modelo proposto por Afrânio Peixoto⁵ em 1917, que dividiu a escola normal em dois ciclos: um preparatório e outro profissional “[...] o que acabou por dualizar a formação de professores, na maioria dos estados brasileiros, possibilitando, por um lado, a expansão das escolas normais compatíveis com as possibilidades da época e das peculiaridades regionais” (Angola, 2008, p. 54).

Dado que a instituição era destinada à educação das moças, a criação do curso normal vinha ao encontro do processo conhecido como ‘feminização do magistério’⁶ que marcou, mesmo com algumas vozes contrárias, as primeiras décadas do século XX (Arriada, 2008, p. 120).

Justificadora de uma aptidão natural para lidar com as crianças, surgia uma possibilidade real de mercado de trabalho, tanto para as jovens oriundas de uma camada social mais baixa, como aquelas advindas das famílias mais abastadas. Dentro desse contexto, é engendrado um discurso que valoriza características tidas como da mulher: tolerância, docilidade, paciência, amorosidade, etc. Não apenas os positivistas reforçaram essas características, como a própria Igreja Católica as ressaltava. Isso em parte redundou numa imagem das professoras como trabalhadoras servis, castas, dedicadas, gentis, a contrapartida foi, baixos salários, carreira desprestigiada e submissão ao domínio masculino.

Neste modelo educacional a mulher estava condicionada a uma educação voltada para o lar e os trabalhos domésticos, sendo que a própria escola e suas disciplinas escolares atendiam a este fim. É comum encontrar nessa época disciplinas especializadas nessa tarefa, como: solfejo, higiene e puericultura, música e canto, economia doméstica, corte e costura etc. Porém, com a modernidade e o avanço das ideias liberais vislumbrava-se um novo espaço de atuação para as mulheres, neste sentido a sociologia no interior das instituições católicas possivelmente proporcionava discussões sobre essas transformações, porém arraigada pelo conservadorismo da Igreja Católica⁷.

As disciplinas de sociologia e sociologia educacional estavam presentes no currículo do curso normal em conjunto com mais 19 disciplinas nesse período. No total foram 21 disciplinas divididas entre gerais e específicas. O curso era composto de três anos, sendo distribuído da seguinte forma: a) no primeiro, constavam as disciplinas de português, matemática, biologia geral, física, química, anatomia e fisiologia, iniciação à educação, psicologia geral, desenho e artes aplicadas, música e canto, educação física, jogos e religião; b) o segundo ano era composto de português, literatura, estatística aplicada à educação, biologia educacional, higiene e educação sanitária, psicologia educacional, ‘sociologia geral’, didática e prática educacional primária, desenho e artes aplicadas, música e canto, educação física, jogos e religião; c) e no terceiro ano pelas disciplinas de português, literatura, higiene e puericultura, história e filosofia da educação, psicologia educacional, ‘sociologia educacional’, didática e prática da educação primária, desenho e artes aplicadas, música e canto, educação física, jogos e religião. As disciplinas que mais estão presentes na grade curricular do curso são português, desenho e artes aplicadas, música e canto, educação física, jogos e religião⁸.

Assim como a biologia e a psicologia, a sociologia foi dividida em duas matérias: uma geral e outra específica. O objetivo da disciplina nesse período, conforme plano geral era “[...] levar ao estudo dos problemas reais com que se defronta a escola e dos elementos mais significativos durante o período escolar” (Plano geral 1958 – Boletins mensais do curso normal de 1943-1973).

Esta informação mostra uma preocupação em relação ao papel da disciplina nessa modalidade de ensino, ou seja, reforçar o estudo dos problemas em que a escola se defrontava. Desse modo, a disciplina era compreendida como uma estratégia de resolução de problemas internos à escola.

⁵ Afrânio Peixoto, nasceu em 1876 na cidade de Lençóis, no estado da Bahia. Foi médico, higienista, educador e político brasileira. Dirigiu de 1916 a 1917 a Escola Normal do Rio de Janeiro e colaborou na elaboração do Decreto n. 1.059, de 14 de fevereiro de 1916, promulgado por Rivaldavia Corrêa, então ministro da Justiça do Governo Hermes da Fonseca (Decreto n. 1.059, 1916).

⁶ Sobre esse movimento ver Tambara (1998).

⁷ Em outro artigo, trato a questão das ideias educacionais católicas nos livros de Sociologia de Amaral Fontoura. Esse autor trata por adequar as ideias escolanovistas aos pressupostos educacionais da Igreja Católica. Nesse sentido, cria o termo ‘Educação Renovada’ em oposição à Educação Nova. No interior desses manuais observa-se a discussão de temas como feminismo, casamento, divórcio, etc, porém com forte apelo regulador conforme os costumes católicos. Sobre esse assunto ver mais em Cigales (2014c).

⁸ A grafia original será mantida em todas as citações de documentos.

Cabe lembrar que no Brasil, a sociologia estava presente na escola normal desde a década de 1920, quando as reformas estaduais implantaram a disciplina nessa modalidade de ensino, de forma pioneira, nos estados de Pernambuco e São Paulo (Meucci, 2007). Mais tarde, com as reformas educacionais de Gustavo Capanema, a partir dos anos de 1942, a disciplina de sociologia educacional passa a ser obrigatória na grade curricular da escola normal e a disciplina de sociologia geral como optativa (Decreto-Lei n. 8.530, 1946).

Nesse sentido, para pensar a sociologia escolar no Brasil nesse período é preciso estar atento para algumas questões mais amplas de disputas simbólicas no campo educacional. Se por um lado, a sociologia era divulgada por intelectuais liberais⁹, como Fernando de Azevedo, um dos primeiros catedráticos de sociologia da Universidade de São Paulo, criada em 1934 (Miceli, 1989, 1995), por outro, a sociologia também estava presente nos estabelecimentos de ensino católico. Uma hipótese a ser pensada é de que nesses estabelecimentos de ensino, a disciplina se configurou para responder às demandas da Igreja Católica, e conseqüentemente, de um ensino ligado às premissas dessa instituição. Embora alguns trabalhos como os de Bodart (2015) e Bodart e Marchioro (2015) comprovem que em estabelecimentos de ensino público nos anos de 1935, existia indícios de uma sociologia católica. Como evidência, os autores apontam que certos documentos, caso por exemplo, da Encíclica *Rerum Novarum* eram citadas em provas e exames de sociologia. No entanto, o que procuramos pensar aqui, é que para além dos conteúdos das provas (Cigales, 2014a) e dos manuais escolares (Meucci, 2000; Cigales, 2015), havia também uma seleção dos/as professores/as para lecionar a disciplina. Em outras palavras, os professores de sociologia dos colégios católicos, eram em sua grande maioria ligados ao clero, ou agentes de defesa dos interesses católicos na esfera pública.

Tendo isso por base, algumas questões são postas para discutir na próxima seção: quem eram os responsáveis por ministrar a sociologia naquele momento (1940-1970)? Eram especialistas em Sociologia? Qual a ligação desses docentes com a Igreja Católica?

O perfil do professorado

De acordo com a documentação analisada no arquivo escolar do Colégio São José, a primeira docente responsável pela disciplina de sociologia foi a Irmã Luiza Inês, em 1945. A disciplina de sociologia educacional, entretanto, surgiu um ano depois em 1946, sendo ministrada por Alvacir Faria Collares (Figura 1) e pela Irmã Maria Aimée na escola normal.



Figura 1. Professor Alvacir Faria de Collares (O São José, 1960, p. 78).

Alvacir Faria Collares iniciou suas atividades no Colégio São José em 1943, conforme relata o livro comemorativo dos 50 anos dessa instituição.

Em 1943, um professor jovem e de reconhecido talento, começou a lecionar no São José. E em todos esses anos, inúmeras têm sido as alunas do Dr. Alvacyr de Faria Collares, que jamais puderam esquecer o mestre ilustrado, inteligente e profundo, que sabe dar as suas aulas não só o interesse despertado pela sua vasta cultura, mas também, e quanto, na realidade, a sábia orientação de sua alma bem formada nos mais sólidos princípios cristãos (O São José, 1960, p. 35).

⁹ Intelectual neste estudo está associado ao conceito de *intelligentsia*, proposto por Mannheim (1986) para definir uma classe organizadora da cultura e mediadora dos conflitos sociais. Os intelectuais liberais, neste sentido, seriam aqueles que estariam de acordo com a laicização da educação, gratuidade do ensino, universalização e coeducação, dispositivos capazes de favorecer o fortalecimento de um Estado republicano e democrático. Apesar dos intelectuais conservadores, estarem de acordo com a modernização dos métodos de ensino, alavancados pelo movimento da Escola Nova, houve desacordos em relação à retirada do catolicismo como componente da cultura oficial e, conseqüentemente, do processo educacional no país.

Collares participou ativamente da Associação Católica de Professores e Cultura Social – ACPCS, nas décadas de 1930 e 1940 em Pelotas. Sua religiosidade e sua defesa dos pressupostos de uma educação cristã deixam-se entrever em discurso proferido em 1960, impresso no livro comemorativo dos 50 anos do colégio São José de Pelotas.

Há meio século vem o Colégio São José aprimorando os rumos da verdadeira educação – da educação cristã – a milhares de pelotenses e de gaúchas, muitíssimas das quais, no dia de hoje, mães, continuam a viver e a espalhar os mesmos exemplos de amor à causa do próximo que aprenderam a cultivar com as boas irmãs do São José, entre estes muros que, tantas vezes parecendo um oásis em meio de lutas aguerridas, constituíram sempre um convite à meditação, ao cultivo das mais belas e ricas qualidades d'alma que são o encanto da vida, quando em tudo mais a vida parece sem encantos. [...] Em momentos de revolta surda, de ataques rudes como o por que passamos em momentos como este em que um grupo de adversários da fé tramam o conluio dos eternos incontestados contra a escola cristã sob o argumento aspecioso de que nela as classes e as fortunas se discriminam em oposição aos princípios democráticos [...] (O São José, 1960, p. 13-14).

Conforme analisado por Leon e Amaral (2010), Collares também foi professor da Faculdade de Direito da UFPel e escreveu, na década de 1970, *Itinerário para o encontro*, uma compilação de pensamentos reunidos e distribuídos pelos dias da semana.

Pensamentos de cada dia. Simples. Curso. Fiéis à verdade, porém, como roteiro para fundamentar uma filosofia de vida, Escritos *corrente calamo*, frutos de muita leitura. A seara do desejo insatisfeito de cultivar a inteligência. Não sei os que são meus, sei apenas que devo aos homens humildes mais do que os sábios, devo aos simples de pensamento o melhor que neles vai. Mas devo primeiro a Deus – a Cristo e à Senhora Medianeira – a graça de poder escrevê-los, dia por dia, hora por hora. As vezes saem fluente; outras são torturados pela inspiração que tarda. São pedaços do coração que se dá. São lampejos, embora humildes, do espírito que mais ama do que sabe, da consciência que se abre a evocação do alto. [...] Procuram a fidelidade ao Evangelho. Querem ser a completa adesão ao verbo. E sujeitos com honras, galhardia, com liberdade e filial dedicação, à cátedra de Roma. Humanismo total e responsável (Collares, 1978, p. 23).

Esse exemplar, encontrado nos arquivos da biblioteca *José Júlio de Albuquerque Barros* (Figura 2), da Faculdade de Direito da UFPel, continha uma dedicatória ao professor Silvino Lopes, também professor de sociologia do Colégio São José, em 1959. Na dedicatória, Collares (1978, p. 4) afirma o seguinte: “Silvino, um dos mais inteligentes, ex-discípulos, amigo, e mestre que hoje espalha mais saber e exemplos que por ventura possa ter recebido. A singela admiração. Em 30/11/78”. O dado demonstra a intimidade e a amizade entre os dois professores, as quais, possivelmente, solidificaram-se em virtude do campo acadêmico comum em que estavam inseridos.

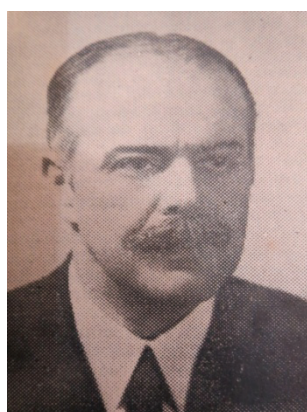


Figura 2. Professor J. J. de Albuquerque Barros (O São José, 1960, p. 65).

Ressalte-se que o nome da biblioteca supracitada homenageia um professor da Faculdade de Direito que também lecionou sociologia no curso normal do Colégio São José, em 1949. Portanto, os três professores atuaram tanto no curso jurídico da UFPel quanto no curso normal do Colégio São José, embora o tenham feito em diferentes momentos.

Cabe salientar que José Júlio de Albuquerque Barros foi um dos fundadores da Faculdade de Direito da UFPel e exerceu as funções de professor e diretor no Colégio Pelotense em 1914. As primeiras informações sobre sua passagem nessa instituição constam nas Atas da Congregação de 1914 a 1947. De acordo com esse

documento, Albuquerque Barros concorreu à direção da Faculdade para a gestão de 1914 a 1917. Embora não tenha conseguido eleger-se para esse mandato, candidatou-se novamente no início dos anos 1920 onde saiu vitorioso (Livro de Ata da Congregação, 1914-1947, Ata n. 14). Ainda com base em registros disponíveis na Faculdade de Direito/UFPel, Albuquerque Barros ocupou lugar de destaque nessa instituição como professor, vice-diretor e diretor. Conforme o atual diretor dessa instituição, o professor Alexandre Gastal¹⁰, Albuquerque Barros doou uma parcela da mobília que hoje abriga livros e materiais nessa faculdade.

Outro professor de sociologia do Colégio São José foi o monsenhor José Antonio de Queiroz (Figura 3), que consta nos registros, como docente de sociologia em 1953. Nascido em 1904, na cidade de Barbalha, Ceará, chegou jovem à Pelotas, onde se destacou como clérigo. Foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), onde lecionou as disciplinas de pedagogia, filosofia e sociologia. Também atuou como diretor dessa faculdade em sua primeira gestão, de 1956 a 1958. Queiroz faleceu em 1959, na cidade de Rio Grande, em viagem de visita a sua terra natal (Poersch, 1970).

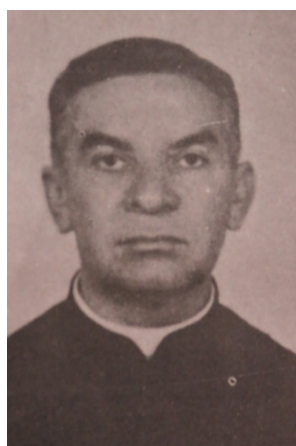


Figura 3. Monsenhor José Antonio de Queiroz (Poersch, 1970, p. 95).

Nesse mesmo ano, Silvino Joaquim Lopes Neto¹¹ (Figura 4) começou a lecionar sociologia no curso normal do Colégio São José. Segundo Corrêa e Oliveira (2012), Silvino iniciou sua carreira docente aos 18 anos, ministrando língua portuguesa no Colégio Gonzaga, mesmo local onde fez sua formação secundária. “Posteriormente, cursou paralelamente os cursos de Direito e Licenciatura em Filosofia, ambos oferecidos pela Universidade Católica de Pelotas” (Corrêa & Oliveira, 2012, p. 5). Após sua formatura, foi contratado pelo município de Pelotas para lecionar Filosofia e Literatura. Em 1955, tornou-se professor de Filosofia no Colégio Municipal Pelotense, mas, logo no início dos anos 1960, pediu demissão para dedicar-se à livre-docência na área do Direito (Corrêa & Oliveira, 2012). Ainda nessa época, deixou o Colégio São José, uma vez que, segundo o próprio Silvino Lopes, lecionou sociologia nessa escola durante três anos, tendo iniciado em 1959. Em 1966, foi paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Direito da UFPel, mas seu nome consta também em vários outros quadros de formaturas como professor homenageado. De 1970 a 1974, foi diretor do Instituto de Sociologia e Política (ISP) da UFPel. Atualmente, reside na cidade de Porto Alegre, onde possui um escritório de advocacia.

Conforme a documentação analisada, quem o substituiu no Colégio São José foi o padre Raul Domingues Farina (Figura 5), que consta como responsável pela disciplina a partir de 1961. Ele foi aluno de Silvino Lopes na Faculdade de Direito entre as décadas de 1950 e 1960. Em consulta aos registros da Faculdade de Direito da UFPel, verifica-se que Farina cursou a cadeira de Direito Constitucional em 1960, obtendo uma média de 7,8 (Portaria de Aprovação, 1960). Possivelmente, nesse mesmo ano, o padre Farina concluiu os estudos nessa instituição, pois, em 1961, já constava na lista de professores de sociologia no Colégio São José.

Portanto, Raul Farina iniciou a carreira de professor no curso normal do Colégio São José. Em seguida, foi coordenador e professor do curso de Comunicação Social da UCPel, instituição na qual também atuou como radialista e jornalista (Poersch, 1970). De acordo com a edição comemorativa do 10º aniversário da UCPel,

¹⁰ Conversa informal com Alexandre Gastal no dia 01 de abril de 2014.

¹¹ As principais informações sobre Silvino Lopes foram coletadas junto à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, onde foi professor por vários anos, e ao próprio Silvino Lopes em comunicação telefônica no dia 25 de março de 2014.

Farina realizou um curso em Quito, no Equador, promovido pelo Centro Inter Americano de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (CIESPAL). Assim, Farina destacou-se como professor e radialista dessa instituição católica de ensino superior no mesmo período.



Figura 4. Professor Silvino Lopes Neto (Acervo da Universidade Federal de Pelotas, 1966)



Figura 5. Padre Raul Domingos Farina (Poersch, 1970, p. 26).

Em relação a esses professores, é possível fazer algumas considerações. A primeira refere-se ao vínculo da maioria deles com a Faculdade de Direito da UFPel e, posteriormente, com a Faculdade de Filosofia da UCPel. Como no Rio Grande do Sul a primeira cátedra de sociologia foi criada somente em 1959 (Monteiro, 2006), antes disso, os primeiros professores de sociologia da escola normal não tinham formação na área. Assim, o espaço foi preenchido, no Colégio São José, por profissionais egressos da Faculdade de Direito ou de Filosofia.

Esse dado é importante porque sugere que, apesar da sociologia no Brasil ter sido fortemente vinculada no início com as escolas normais, os professores responsáveis pelo seu ensino não eram formados na área. Nesse caso, assim como ocorreu nos demais países da América Latina, no Brasil, selecionaram-se os primeiros professores de sociologia nas Faculdades de Direito (Cigales & Engeroff, 2016). No entanto, como pontuam Daros (2016), Meucci (2015) e Dias da Silva (2002), a escola normal foi importante para a institucionalização da sociologia no Brasil, visto que através das reformas estaduais ocorridas a partir da década de 1920, nos estados de São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro, criaram-se as primeiras cátedras da disciplina. Entre os primeiros docentes de sociologia nesse período, destacam-se: Gilberto Freyre¹², Delgado de Carvalho¹³ e Fernando de Azevedo¹⁴, que além de atuarem como docentes também foram escritores de livros didáticos para a disciplina de sociologia e sociologia educacional.

¹² Gilberto Freyre nasceu no Recife, Pernambuco, em 1900. Em 1918 viajou para os Estados Unidos, onde fez seus estudos universitários, mais tarde adquiriu o título de doutor em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Columbia, onde defendeu a Tese Vida Social no Brasil em meados do século XIX. Voltando ao Brasil, foi deputado Federal constituinte em 1946 e autor do projeto que criou o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. É autor do livro Casa Grande & Senzala em 1933. Ver mais em Oliveira (2014) e Meucci (2015).

¹³ Delgado de Carvalho nasceu em 1884 em Paris. Foi o primeiro catedrático efetivo de sociologia no Colégio Pedro II em 1924, também participou da criação da ABE e escreveu diversos manuais de sociologia, voltados para o Ensino secundário, Normal e Superior. Ver mais em Soares (2015).

¹⁴ Fernando de Azevedo nasceu em 1894 em Minas Gerais. Foi autor, editor, político, administrador, professor e sociólogo. Foi primeiro catedrático de Sociologia na Universidade de São Paulo em 1934 e autor de Princípios de Sociologia de 1935 e Sociologia Educacional de 1940. Ver mais em: Cigales (2014c).

A segunda observação refere-se ao forte alinhamento dos docentes analisados por este estudo com as premissas da Igreja, e consequentemente, com a corrente católica da Sociologia no Brasil (Cigales, 2015). Alceu Amoroso Lima¹⁵ foi um dos principais representantes da sociologia católica no país e essa concepção da disciplina, possivelmente surgiu, devido à divergência no interior do campo educacional brasileiro na década de 1930. Com a saída dos católicos da ABE, em 1932, após o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, houve o confronto entre os dois principais líderes, do que a literatura histórica convencionou chamar: católicos e liberais (Cury, 1978; Xavier, 1999, Saviani, 2010). De um lado os liberais, liderados por Fernando de Azevedo, reivindicavam uma educação laica, gratuita e eminentemente pública. De outro estavam os católicos, liderados por Alceu Amoroso Lima, que buscavam assegurar os interesses da Igreja Católica diante do campo educacional. Com a elaboração das diretrizes educacionais que iriam constar na nova Carta institucional de 1934, esses grupos lutaram para garantir seus interesses na esfera educacional.

Nesse sentido, a sociologia católica defendida por Amoroso Lima (Daros, 2016), Afro do Amaral Fontoura (Cigales, 2014c; Oliveira, 2013) e outros autores católicos, tais como: Francisca Peeters, Severino Sombra e Leonel Franca (Meucci, 2000), era dedicada à investigação da vida social e à normatização dos valores sociais e culturais que tinham como fim uma sociedade cristã.

Segundo Amoroso Lima,

A sociologia é, portanto, uma ciência normativa e prática, que conhece para agir e não apenas para conhecer. É a ciência como vimos, que ordena os atos de nossa convivência social. E nessas condições encontramos-lá desdobrada em várias outras que se subordinam à Sociologia, como está se subordina à ética (Athayde, 1932, p. 26).

Ainda conforme os arquivos do Colégio São José, dos cinco professores de sociologia desse período, dois eram clérigos e dois defendiam, a partir de seus discursos e de suas práticas, as concepções da educação cristã. Apenas Silvino Lopes é uma exceção no grupo, porém sua mãe era conhecida por sua devoção e sua atuação junto aos espaços da Igreja em Pelotas¹⁶, o que pode ter influenciado sua atuação enquanto professor nessa instituição.

Do total de 11 professores (as) listados (as) na Figura 6, cinco eram homens e seis mulheres, dos quais sete eram diretamente relacionados ao clero: Irmã Luiza Inês, Irmã Maria Aimée, Irmã Luiza Antonieta, Irmã Maria Dolores, Irmã Jandira, monsenhor Antonio de Queiroz e padre Raul Farina. O restante, por sua vez, não tinha tal vínculo e compunha-se pelos professores Alvacir Collares, Albuquerque Barros, Silvino Lopes e Marie Medeiros. Ressalte-se que poucas informações foram encontradas a respeito das professoras da instituição, talvez devido à prática de troca de nome, um dos costumes da vida religiosa dentro da Igreja Católica naquela época. Segundo relato de uma Irmã da congregação, isso significava despojar-se do mundo, renascer para uma vida nova. Um exemplo perdura até hoje: o Papa, embora ele tenha a liberdade de escolher como será chamado. As irmãs, ao contrário, não tinham tal liberdade, haja vista que somente as superiores atribuíam-lhes os nomes. Desse modo, as Irmãs Luiza Inês, Maria Aimée, Luiza Antonieta e Maria Dolores chamavam-se, em verdade, Angela Judith Mascarello, Josephine Guillot, Dalila Miotto e Dosalina Miotto, respectivamente.

A Irmã Maria Aimée (Josephine Guillot) era francesa e retornou à sua terra natal em 1955. Nesse período, existiu um fluxo contínuo de professores entre os países da Europa e América Latina, justificado pelas congregações que a Igreja Católica possuía nas diversas partes dos dois continentes. É provável que a Irmã Maria Aimée tivesse alguma formação (normal ou superior) na França influenciada pela corrente da sociologia cristã. Quando chegou a Pelotas, destinaram-lhe a disciplina de sociologia, uma vez que consta como professora em diversos períodos (1946, 1947 e 1952). Josephine Guillot, nascida em 1895, tinha em torno de 50 anos nesse período.

As únicas informações sobre as Irmãs Luiza Inês (Angela Judith Mascarello) e Luiza Antonieta (Dalila Miotto) são as datas de nascimento e de falecimento: a primeira nasceu em 1901 e faleceu em 1995; a segunda nasceu em 1919 e faleceu em 1993. A Irmã Maria Dolores (Dosalina Miotto), por seu turno, nasceu em 1921 e ainda se encontrava viva na coleta dos dados para esta pesquisa em 2014, residindo na cidade de Vacaria, no interior do Rio Grande do Sul.

¹⁵ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro em 1893, formou-se em direito e teve destacada atuação como líder católico nas décadas de 1930 no Brasil. Foi catedrático de "Literatura Brasileira" da Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1941 participou da fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No início da década de 50 foi diretor do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-americana. Escreveu diversos livros e manuais escolares, entre eles *Preparação à sociologia* (1932), que contém uma síntese da sociologia cristã no Brasil.

¹⁶ Informação obtida em conversa informal com Silvino Lopes em 25 de março de 2014.

Ano	Nome do professor	Nome da disciplina	Outras informações
1945	Irmã Luiza Inês	Sociologia	2º ano
1946	Irmã Maria Aimée	Sociologia	
1946	Prof. Dr. Alvair F. Collares	Psicologia e Sociologia	12 h
1947	Irmã Maria Aimée	Sociologia	
1949	Irmã. Maria Dolores	Sociologia	3ª do Normal
1949	Dr. J.J. Albuquerque Barros	Sociologia	Abril 3h
1950	Irmã Luiza Antonieta	Sociologia	Normal
1950	Irmã Maria Dolores	Sociologia	Normal
1951	Irmã Maria Dolores	Sociologia	
1952	Irmã Maria Aimée	Sociologia	
1952	Irmã Maria Dolores	Sociologia	
1953	Profa. Marie Medeiros	Sociologia	
1953	Mons. Antonio de Queiros	Sociologia	
1958	Irmã Jandira M.	Sociologia	3º Normal
1959	Silvino Lopes Neto	Fundamentos Sociológicos	2º Normal
1960	Pe. Raul Farina	Sociologia	DCP 1ª.
1961	Pe. Raul Farina	Sociologia	DCP 1ª.

Figura 6. Professores de Sociologia do Colégio São José (1945-1961).

Fonte: Relação Corpo Docente (1946-1959); Boletins Curso Normal (1943-1973).

Não se encontrou nenhuma outra informação referente às demais professoras que atuaram nesse período com a disciplina de sociologia no Colégio São José de Pelotas. Esses dados são importantes para refletir sobre o papel da mulher como docente ao longo da história da profissão no Brasil. Configurou-se, desde aquele momento, uma desvantagem para as mulheres no mercado de trabalho, pois os documentos pesquisados (livro comemorativo da escola, jornais, revistas etc.) revelam pouco sobre elas em relação ao que informam sobre os homens. Pôr em relevo a figura masculina era prática comum, como retratam alguns manuais de sociologia católica daquela época, tal como o de Amaral Fontoura (1944), em que à mulher cabia cuidar das coisas do lar. Por isso, ainda que fosse expressivo o número de mulheres trabalhando como professoras, poucos dados concernentes à sua inserção no mercado de trabalho foram compilados. Ressalte-se, ainda, que uma das práticas religiosas da Igreja Católica era cuidar da exposição pública das mulheres, principalmente, daquelas ligadas à congregação, como alunas e freiras.

Assim, social e historicamente, os homens ocupam uma posição de domínio e superioridade em relação às mulheres. Como afirma Bourdieu (2014, p. 103) esse quadro esteve por longo período garantido por três instâncias “[...] a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes”. Para Bourdieu (2014), a família foi responsável pela principal função de reprodução da dominação e da visão masculinas, “[...] é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem”.

Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. Ela age, além disso, de maneira mais indireta, sobre as estruturas históricas do inconsciente, por meio sobretudo da simbólica

dos textos sagrados, da liturgia e até do espaço e do tempo religiosos (marcado pela correspondência entre a estrutura do ano litúrgico e a do ano agrário). [...] Por fim, a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas ('moles' ou 'duras' – ou, mais próximas da inquietação mítica original, 'ressecante'), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens de si mesmo (Bourdieu, 2014, p. 103-104, grifos do autor).

Assim, por mais que fosse expressivo o número de mulheres trabalhando como professoras, poucas são as informações delas enquanto profissionais inseridas nesse campo de atuação. Nesse sentido, conhecer a trajetória histórica desses agentes é uma tarefa dos pesquisadores que têm como perspectiva teórica a História das Disciplinas Escolares, visto que é através da escola e dos agentes envolvidos no interior do campo educacional que os conteúdos são hierarquizados, organizados e transpostos de forma a constituir um projeto civilizacional, neste caso, de uma civilização sob os pressupostos da religião católica.

Considerações finais

Este trabalho buscou resgatar a história do ensino de sociologia educacional católica no sul do Brasil, mais especificamente, evidenciando o corpo docente de uma instituição de ensino confessional. Sem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise das especificidades dessa disciplina no período, convém localizar no tempo alguns acontecimentos importantes que marcaram a sociologia escolar no Brasil. O primeiro é referente à disputa entre Católicos e Liberais em torno da legitimação de ideias e espaços no campo educacional que gerou uma série de iniciativas que perpassam a trajetória história da sociologia no Brasil. Nesse sentido, é possível dizer que no desenrolar da história da educação no Brasil, a sociologia enquanto disciplina escolar esteve sob o domínio desses grupos que incorporaram diferentes objetivos e anseios ao redor do seu conteúdo, influenciando na produção e diversificação de manuais escolares (Meucci, 2000; Cigales, 2014c).

Desse modo, houve uma sociologia católica, com pretensões de idealizar uma sociedade cristã. Em outras palavras, essa concepção de sociologia representava a busca da Igreja por recristianizar a sociedade brasileira, que desde a primeira Constituição de 1891, vinha perdendo espaço no campo político e cultural.

Este trabalho constatou que sociologia educacional no interior da escola normal do Colégio São José de Pelotas era ministrada por professores ligados ao clero ou com vinculação aos seus pressupostos e, portanto, estavam de acordo com a chamada sociologia católica. Embora, sem formação na área de sociologia, os docentes analisados eram advindos das Faculdades de Direito e/ou Filosofia existentes na época. Cabe salientar que diferentemente do que ocorre nos demais países latinoamericanos em que os Cursos Jurídicos foram relevantes para a institucionalização da sociologia, no Brasil os conhecimentos sociológicos surgem vinculados à educação (Mazza, 2001). Porém, os Cursos Jurídicos e as Faculdades de Filosofia, serão igualmente relevantes, visto que vieram daí, os primeiros professores de sociologia¹⁷.

Também se evidenciou a significativa participação das mulheres no corpo docente responsável por ministrar a sociologia nesse período. No entanto, a ausência de informações sobre as professoras dificultou o conhecimento a respeito de suas biografias e demais dados profissionais. Nesse sentido, pensamos que a dificuldade de encontrar fontes documentais sobre mulheres nesse período, responde ao fato da escassez de pesquisas no interior dos estudos históricos da sociologia, que tenha como foco as professoras e intelectuais ligadas ao ensino e à pesquisa da sociologia entre nós¹⁸.

Referências

- Acervo da Universidade Federal de Pelotas. (1966). *Formandos da Turma de Bacharelado em direito*. Pelotas, RS.
- Amaral, G. L. (1999). *O Gymnasio pelotense e a maçonaria: uma fase da história da educação e Pelotas*. Pelotas, RS: Seiva; UFPel.

¹⁷ Basta lembrar que os próprios intelectuais tratados neste estudo: Fernando de Azevedo e Alceu Amoroso Lima, ambos eram formados em Ciências Jurídicas.

¹⁸ Recentemente tem surgido trabalhos históricos sobre a trajetória histórica de mulheres docentes e pesquisadoras no ensino superior, ver o trabalho de Miglievich-Ribeiro (2015). Porém, ainda são raras as pesquisas sobre trajetórias de mulheres nos demais espaços de ensino no contexto nacional.

- Amaral G. L. (2003). *Gatos pelados x galinhas gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas. (décadas de 1930 a 1960)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Angola, A. A. (2008). *Política para formação de professores: a escola normal pública de 1999 a 2003* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília.
- Arriada, E. (1994). *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)* (Vol. 1.). Pelotas, RS: Armazém Literário.
- Arriada, E. (2008). O olhar de Deus: a educação de meninas no colégio S. José de Pelotas. In E. Tambara, B. Corsetti (Org.), *Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul* (1a ed., p. 101-134, Vol. 1). Pelotas, RS: UFPel.
- Arriada, E., Santos, R. G. (2010). 'Pura, dura e segura': a vida das pensionistas do Colégio São José de Pelotas. *Tempo e Espaço em Educação*, 3(5), 63-77. Doi: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v0i0.2228>
- Athayde, T., (1932). *Preparação à Sociologia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Cortez.
- Bittencourt, C. M. F. (2003). Disciplinas escolares: história e pesquisa. In M. A. T. Oliveira, S. M. F. Ranzi (Org.), *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate* (p. 9-38). Bragança Paulista: EDUSF.
- Bodart, C. N. (2015). Fragmentos de sociologia pré-acadêmica no ensino normalista de 1935. *Em Debate*, 13, 30-51.
- Bodart, C. N., Cigales, M. P. (2017). Ensino de sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. *Revista de Ciências Sociais*, 48(2), 256-281.
- Bodart, C. N., Marchiori, C. R. (2015). Fundamentos do ensino de sociologia católica em uma escola normalista pública em 1935. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 3(2), 18-38. Doi: <https://doi.org/10.24305/cadecs.v3i2.13653>
- Boletins Curso Normal (1943-1973). Colégio São José (1 vol.). Pelotas, RS: Arquivo Escolar.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. (M. Corrêa, Trad.). Campinas, SP: Papirus.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (Texto revisto pelo autor com a colab. de P. Champagne e E. Landais). São Paulo, SP: UNESP.
- Bourdieu, P. (2011). *A economia das trocas simbólicas* (7a ed., Introdução, organização e seleção de S. Miceli). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Bourdieu, P. (2014). *A dominação masculina* (12a ed., M. H. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Cellard, A. (2012). A análise documental. In J. Poupart et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (3a ed., p. 295-316). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cigales, M. P. (2014a). *A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): análise sobre uma instituição de ensino católica* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Cigales, M. P. (2014b). Ideias pedagógicas de uma sociologia cristã: notas sobre um compêndio de sociologia da década de 1940. *Revista HISTEDBR On-line*, 14(60), 284-296. Doi: <http://dx.doi.org/10.20396/rho.v14i60.8640561>
- Cigales, M. P. (2014c). Dilemas da sociologia no Brasil: análise sobre os manuais escolares de Amaral Fontoura e Fernando de Azevedo. *Alabastro*, 2(4), 65-78.
- Cigales, M. P. (2015). Raymond Murray e a Sociologia Católica no Brasil: notas sobre um manual da década de 1940. *Revista Café com Sociologia*, 4, 110-122.
- Cigales, M. P., Engerhoff, A. M. B. (2016). A constituição da sociologia no Brasil e o direito: a formação dos intelectuais. *Revista Urutágua*, 35, 80-101. ISSN 1519.6178
- Corrêa, L. M. P., Oliveira, N. A. (2012). O ensino de filosofia no Colégio Municipal Pelotense: período anterior ao golpe militar de 1964. In *Anais do IV Seminário Nacional de Filosofia e Educação: Confluências* (p. 1-18). Santa Maria, SC, UFSM.
- Collares, A. F. (1978). *Itinerários para o encontro*. Pelotas, RS: Pelotense.
- Cury, C. R. J. (1978). *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo, SP: Cortez & Moraes.
- Daros, M. D. (2016). A sociologia na constituição do campo educacional brasileiro e a pesquisa em sociologia da educação. *Anais da XI Reunião Científica Regional da ANPED* (p. 1-21). Curitiba, PR.

- Daros, M. D., Pereira, E. A. T. (2015). A sociologia cristã e o pensamento de Alceu Amoroso Lima em um colégio católico de formação de professoras em Santa Catarina. *Revista Brasileira de História da Educação*, 15(1[37]), 235-267. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v15i1.634>
- Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (1946). Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.
- Decreto n. 1.059, de 14 de fevereiro de 1916 (1916). Reorganizou o corpo funcional da Escola Normal com regentes de turma assumindo a categoria de docentes. Rio de Janeiro, RJ: Typ. do Jornal do Comercio.
- Dias da Silva (2002). *Sociologia da sociologia da educação: Caminhos e desafios de uma Policy Science no Brasil (1920-1979)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF.
- Elias, N., Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Jorge Zahar.
- Fontoura, A. (1944). *Programa de Sociologia*. (4ª edição corrigida e aumentada). Porto Alegre, RS: Editora do Globo.
- Handfas, A., Maçaira, J., Fraga, A. (2015). *Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. (1961). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Leon, A. D., Amaral, G. L. (2010). Associação Sul Rio-Grandense de Professores e Associação Católica de Professores: apontamentos sobre a organização do professorado nas décadas de 1930 e 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, 10(2[23]), 169-195.
- Livro de Ata da Congregação (1914-1947). Arquivo da Faculdade de Direito (1 vol.). Pelotas, RS: UFPel.
- Lüdke, M., André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: EPU.
- Mannheim, K. (1986). *Ideologia e utopia* (S. M. Santeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- Mazza, D. (2001). A história da sociologia no Brasil contada pela ótica da sociologia da educação. In: M. L. R. Tura (Org.), *Sociologia para educadores* (p. 97-126). Rio de Janeiro, RJ: Quartet.
- Meucci, S. (2000) *A Institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos* (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Meucci, S. (2007). Entre a escola nova e a oligarquia: a institucionalização da sociologia na escola normal de Pernambuco (1929-1930). *Revista Cronos*, 8(2), 451-474.
- Meucci, S. (2015). *Artesania da sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre*. Curitiba, PR: Appris.
- Miceli, S. (1989). (Org.), *História das ciências sociais no Brasil* (Vol. I). São Paulo, SP: Vértice; IDESP.
- Miceli, S. (1995). (Org.), *História das ciências sociais no Brasil* (Vol. II). São Paulo, SP: Sumaré; FAPESP.
- Miceli, S. (2009). *A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Miglievich-Ribeiro, A. M. (2015). *Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro* (1ª ed., Vol 1). Rio de Janeiro, RJ: EDUF RJ.
- Monteiro, L. M. (2006). *A estratégia dos católicos na conquista da sociologia na UFRGS (1940-1970)* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Oliveira, A. (2013). Revisitando o ensino de sociologia na educação básica. *Acta Scientiarum Education*, 35(3), 179-189. Doi: <http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v35i2.20222>
- Oliveira, A. (2014). Educação e Pensamento Social Brasileiro: alguns apontamentos a partir de Florestan Fernandes e Gilberto Freyre. *Revista de Ciências Sociais*, 45(1), 15-44.
- O São José. (1960). *Colégio São José no seu cinquentenário: 1910-1960*. Pelotas, RS: Oficina Gráfica Instituto de Menores.
- Plano geral 1958. *Boletins mensais do curso normal de 1943-1973*. Colégio São José. Pelotas, RS: Arquivo Escolar.
- Poersch, J. L. (1970). *Universidade Católica de Pelotas 1960-1970* (Edição comemorativa do 10ª aniversário). Pelotas, RS: UCPel.
- Portaria de Aprovação 1960. Arquivo Faculdade de Direito UFPel. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS.

- Relação Corpo Docente (1946-1959). Colégio São José (1 vol.). Pelotas, RS: Arquivo Escolar.
- Santos, R. C. G. (2012). *'A educação das meninas em Pelotas': a cultura escolar produzida no Internato Confessional Católico do Colégio São José* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Saviani, D. (2010). *Ideias pedagógicas da educação no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Soares, J. C. (2015). A identidade profissional dos primeiros professores de Sociologia do Colégio Pedro II. In A. Handfas, J. Maçaira, & A. Fraga (Org.), *Conhecimento escolar e ensino de sociologia: instituições, práticas e percepções* (p. 115-129). Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Souza Junior, M. S., Galvão, A. M. O. (2005). História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 391-408.
- Tambara, E. (1998). Profissionalização, escola normal, e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. *Revista História da Educação*, 2(3), 35-57. ISSN online: 2236-3459
- Xavier, L. N. (1999). *O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais*. Bragança Paulista, SP: EDUSF.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Marcelo Cigales: Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciado em Ciências Sociais (2012) e Mestre em Educação (2014) pela Universidade Federal de Pelotas, com período de intercâmbio acadêmico na Universidade de Coimbra (Portugal). Atualmente é doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina, com período de pesquisa na Universidad Nacional de Educación a Distancia (Madrid-Espanha). Suas pesquisas estão voltadas para o Ensino de Sociologia e sua trajetória histórica como ciência e disciplina escolar. Bolsita CAPES.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4320-5941>
E-mail: marcelo.cigales@gmail.com

Eduardo Arriada: Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. Professor Associado da Faculdade de Educação da UFPel. Possui graduação em História pela Universidade Católica de Pelotas (1986), e graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas, Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (1991) e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (2007). Realizou estágio de pós-doutorado (com bolsa CNPq) na University of Illinois at Urbana-Champaign (USA) em 2016. Desde 1992 é professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, e desde 2004 atua no PPGE dessa mesma instituição. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação no Rio Grande do Sul, história da cultura escrita, história de livrarias e editoras, história do livro didático. No PPGE atua na linha de pesquisa "Filosofia e História da Educação". É membro do grupo de pesquisa CEIHE (Centro de Estudos e Investigação em História da Educação), além de Coordenador do CEDOC (Centro de documentação).
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5216-2739>
E-mail: earriada@hotmail.com

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção, delineamento, análise e interpretação dos dados, redação do manuscrito, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final a ser publicada.